



## COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

### ACTA NÚMERO 78/XI/ 2.ª SL

Aos 05 dias do mês de Janeiro de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
2. Apreciação e votação do parecer sobre o Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia para 2011;  
Relatora: Deputada Helena Lopes da Costa (PSD)
3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição dos Directores de Informação da RTP, da SIC e da TVI;
4. Apresentação e discussão do Projecto de Resolução nº 313/XI/2ª (BE) - Recomenda ao Governo a preservação da autonomia dos teatros nacionais e a sua não fusão;
5. Apreciação e votação de Acta;
6. Outros assuntos.

Antes de iniciada a ordem do dia, o Senhor Presidente dirigiu votos de Bom Ano aos membros da Comissão.

Passou-se então ao tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

No ponto seguinte da ordem do dia, a Senhora Deputada Helena Lopes da Costa (PSD) apresentou o parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011.

Usou da palavra o Senhor Presidente, para saudar a relatora e concordar com a sugestão apresentada. Nesta sede, referiu a chegada à Comissão de um pedido de reunião por parte da Comissária Europeia responsável pelas áreas da educação, cultura, multilinguismo e juventude, que se deslocará a Portugal, com proposta de várias datas em alternativa.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade.

De seguida, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) apresentou o requerimento para audição dos Directores de Informação da RTP, da SIC e da TVI, realçando a importância de ouvir os responsáveis por todos os serviços noticiosos, uma vez que o relatório da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) se refere a todos eles. Pretende o seu grupo parlamentar saber também se os valores de referência estipulados pela ERC fazem ou não sentido e se não se estará a intervir na liberdade editorial e de informar.

A este respeito, usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), para afirmar que, depois desta intervenção, ficou com a ideia de que quem precisa de ser ouvido novamente é a ERC. Esclareceu que o seu grupo parlamentar não pretende verificar qualquer validade de critérios mas, sim, fazer uma distinção entre duas realidades diferentes: a RTP, que é a operadora do serviço público, e os outros operadores, que não têm a mesma obrigação. Defendeu também que as audições devem ser feitas em momentos diferenciados, primeiro a do Director de Informação da RTP e, passado um hiato de tempo, por exemplo, depois das eleições presidenciais, os Directores de Informação da SIC e da TVI.

Neste momento, o Senhor Presidente usou da palavra para informar que, na sequência da aprovação, na reunião anterior, do requerimento do PSD, marcou a audição do Director de Informação da RTP para 12 de Janeiro, e já tinha contactado o Director de Programas da RTP (cuja audição é também obrigatória, por lei) para agendar a sua audição para 19 de Janeiro, aguardando apenas confirmação deste último.

Na sua intervenção, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) começou por afirmar que o seu grupo parlamentar não concorda com os critérios usados pela ERC para analisar a informação, porque tendem a reduzir a própria concepção de actividade partidária. Esclareceu também que, em sua opinião, o que está em causa não é fazer um contraponto entre o operador público e os operadores privados, mas sim o pluralismo, uma obrigação que tanto cabe aos operadores privados como ao público, nos termos da Lei da Televisão.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) referiu também que o seu grupo parlamentar não subscreve os critérios seguidos pela ERC para aferir o respeito pelo pluralismo político-partidário na informação e considerou que os operadores privados têm tanta responsabilidade no respeito pelo pluralismo como o operador público.

Tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), para esclarecer que o que está em causa é a imparcialidade e saber se as quotas que estão na base dos critérios usados pela ERC são aplicáveis pelos operadores ou não, tendo de se colocar a hipótese de estarem a ser aceites valores de referência que podem limitar a liberdade editorial e de informação.

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) lembrou a sugestão que tinha apresentado para que houvesse um hiato de tempo entre a audição do Director de Informação da RTP e a dos restantes, reiterou as diferenças entre as obrigações do operador público e as dos operadores privados e realçou a posição do PS em querer discutir agora tudo como se todos os operadores tivessem obrigações iguais.

Responderam a esta intervenção o Senhor Presidente, que lembrou a calendarização de audições que tinha já referido, o que acabava por permitir esse hiato de tempo, e os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), que levantou a dúvida de saber se o PSD pretendia a existência de valores de referência especiais para o operador de serviço público, e João Serrano (PS), que expressou perplexidade pela posição do PSD nesta matéria.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado, com votos a favor do PS, do BE e do PCP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à apresentação e discussão do Projecto de Resolução nº 313/XI/2ª (BE) – “Recomenda ao Governo a preservação da autonomia dos teatros nacionais e a sua não fusão”, a qual decorreu nos termos da informação que se encontra anexa a esta acta, estando a gravação desta discussão disponível na página da Comissão na Internet.

Foi depois aprovada por unanimidade a acta n.º 77/XI, relativa à reunião de 21 de Dezembro de 2010.

No último ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente tornou a referir a chegada à Comissão de um pedido de reunião por parte da Comissária Europeia responsável pelas áreas da educação, cultura, multilinguismo e juventude, e, uma vez que a Senhora Comissária pretende também uma reunião com a Comissão de Educação e Ciência, iria articular com o Presidente desta Comissão para que as reuniões fossem marcadas para o mesmo dia e depois daria conta aos Deputados dessa data. De seguida, informou do pedido da Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) para ser

substituída na elaboração do parecer sobre o PJI 468/XI, uma vez que se encontrava em missão no estrangeiro, tendo sido nomeada a Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP). Foi também nomeada a Deputada Conceição Pereira (PSD), para elaborar o parecer sobre o PJI 472/XI/2.<sup>a</sup> (BE). Finalmente, o Senhor Presidente deu conta da baixa à Comissão do PJI 341/XI/2.<sup>a</sup> (BE).

A reunião foi encerrada às 12:25 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 de Janeiro de 2011.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS MARQUES GUEDES)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Carla Rodrigues  
Catarina Martins  
Celeste Amaro  
Fernando Negrão  
Helena Lopes da Costa  
Inês de Medeiros  
João Oliveira  
João Serrano  
José Rui Cruz  
Luís Marques Guedes  
Luís Miguel França  
Maria Conceição Pereira  
Miguel Laranjeiro  
Nuno Encarnação  
Rui Pereira  
Teresa Caeiro  
Vítor Fontes  
Marisa Macedo  
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles  
Isabel Oneto  
Manuel Seabra